

A economia global e a educação básica

- 9 JUL 1997

O GLOBO

WASHINGTON BARBEITO

A economia global e o livre mercado, que tiveram como principal teórico o economista inglês do século XIX David Ricardo, foram elevados a categoria de pressupostos sagrados, como suporte da moderna economia liberal. Esta consagração impede que os políticos e os economistas pensem mais cuidadosamente sobre seus efeitos devastadores nas economias industrializadas e, principalmente, nas outras em desenvolvimento, agora denominadas economias emergentes. A aplicação desmedida do livre mercado e a extinção das barreiras de proteção regionais têm como consequências inevitáveis a desestabilização das indústrias estabelecidas e o desemprego generalizado, em decorrência da mutação da matriz de oferta de trabalho.

Ricardo construiu sua teoria baseado em dois princípios inter-relacionados: a especialização como ganho de produtividade e as vantagens comparativas, advindas estas da troca de bens especializados produzidos, proporcionando o ganho dobrado para os países que realizam o comércio. Estes princípios no mundo atual, de alta tecnologia de um lado, e de grandes massas de mão-de-obra de baixa qualificação do outro, não podem mais ser levados em plena consideração.

O princípio do livre comércio global é o de que qualquer bem pode ser produzido em qualquer lugar e pode ser vendido ainda em outro lugar diferente. As massas desempregadas podem rapidamente receber adiestramento produtivo (sem que isto signifique a compreensão dos processos de produção ou a transfe-

rência de tecnologia) e estão dispostas a aceitar pagamento mínimo pelo seu emprego. Os bens assim produzidos — vide Ásia e China — irão provocar uma queda vertiginosa nos custos e, conseqüentemente, nos preços de comercialização, levando as indústrias estabelecidas a uma competição impossível de ser sustentada, nos padrões atuais de salários e encargos sociais que são obrigadas a manter. As elites comerciantes certamente irão enriquecer provocando uma concentração de rendas sem precedentes, tendo, como subproduto cruel, o desemprego da grande força de trabalho anteriormente ocupada na atividade que passou a se tornar não competitiva.

As indústrias detentoras de alta tecnologia transferir-se-ão para os paraísos fiscais ou forçarão a adoção de regimes fiscais especiais, promovendo novas pesquisas e modificando sempre o "manual de adiestramento" das massas trabalhadoras. A receita dos governos para investimentos em infraestrutura e socorro social ficará drasticamente reduzida pela abdição fiscal forçada.

É também equivocada a análise econômica baseada só em preços convertidos pelo câmbio. Os valores do câmbio representam tão-somente um ponto de equilíbrio entre a oferta e a demanda monetária por divisas, não mantendo plena correlação com os custos de produção. Uma redução no câmbio oriunda de maior oferta de divisas provocará enormes distorções, a importação do desem-

prego e a exportação dos empregos de uma nação.

Vejam os alguns exemplos brasileiros de setores com grande impacto na geração de empregos: construção naval e navegação (indústrias interdependentes), brinquedos e indústria têxtil. A primeira, a indústria marítima nacional (navegação e construção naval), vê-se exposta à competição com empresas sediadas em paraísos fiscais, que empregam mão-de-obra com salários de cerca de US\$ 50 mensais, com 22% de encargos sociais. A alíquota zero para os afretamentos de navios promoverá competição absoluta-

mente desigual com os navios brasileiros, inviabilizando as empresas de navegação e, como consequência, toda a indústria de construção naval. O resultado prático é a importação de mais de US\$ 5 bilhões em fretes estrangeiros, que, em breve, com o aumento do comércio, atingirá certamente a expressiva soma de dez bilhões de dólares anuais. O desemprego nestas indústrias ul-

trapassa já cem mil postos de trabalho. É necessário considerar que o serviço de navegação é cartelizado, sendo seu exemplo mais recente o Taca (Transatlantic Conference Agreement), que impõe no Atlântico Norte, impondo tarifas por vezes absurdas.

A indústria de brinquedos, pelos mesmos motivos, compete com salários mensais de US\$ 50, e sobrevive graças a uma proteção alfandegária. Os têxteis, nas mesmas condições, lutam para so-

breviver e já têm milhares de desempregados. Estes três exemplos caracterizam com a realidade, a argumentação de que o livre mercado deve ser encarado com as reservas necessárias à proteção de nossos empregos, como aliás procedem os EUA e o Mercado Comum Europeu com suas barreiras visíveis e invisíveis.

Poder-se-ia, finalmente, aduzir que o Brasil deveria orientar-se para aqueles produtos nos quais possui vantagens comparativas: produtos agropecuários (destacando-se carne, grãos e celulose) e produtos minerais (minério de ferro, bauxita e manganês). Todos estes produtos empregam pouquíssimas pessoas, bastando lembrar que os EUA, o maior produtor mundial destes bens, utiliza-se apenas de 2% de sua população para produzi-los, incluindo-se aí a fabulosa produção de carvão mineral. Ainda mais, o aumento da oferta destes produtos levaria a uma queda generalizada dos seus respectivos preços internacionais, uma vez que são todos superabundantes, produzidos que são por inúmeras nações. Mesmo na hipótese de produzirmos ouro e diamantes em grandes quantidades, os nossos problemas de emprego e subemprego permaneceriam, admitindo-se que o mercado seria capaz de absorver estas quantidades.

Por outro lado, os países desenvolvidos jamais abrirão mão de suas alíquotas de proteção e outras barreiras visíveis e invisíveis aos nossos produtos, como é o caso do Japão, que impede a entrada do arroz e manufaturados estrangeiros. Além disso, não nos devemos esquecer dos famosos "selo ecológico" e "selo social", que nada mais são do que barreiras impostas pelos países industrializados

aos produtos oriundos dos países chamados de "emergentes". Embora ainda não plenamente utilizados, estes "selos" estão sendo fortemente cogitados nas regras do novo Gatt (a World Trade Organization).

É certo que o comércio bem orientado é uma fonte de enormes vantagens, levando-se em consideração as trocas realizadas por economias complementares, e não o livre comércio predatório, que destrói indústrias e gera o desemprego, enriquecendo as elites comerciantes, estas sim favoráveis a sua vigência plena, em detrimento da massa da população de desempregados. Cabe ao Estado, inquestionavelmente, a tarefa de impedir a formação de cartéis e oligopólios, desestruturando-os através da competição incentivada e controlada. A especialização pura e simples deve ser rejeitada, uma vez que promove o desemprego, a concentração de renda e os baixos salários. Nós precisamos de uma política econômica estruturada de forma que a maioria da população possa participar do processo produtivo, que deve ser baseado na diversificação, nas pequenas e médias empresas, para gerar empregos, rendas, impostos e, finalmente, a riqueza. Quando atingirmos um nível de educação básica compatível com a dos países desenvolvidos, aí sim poderemos exercitar-mo-nos permanentemente dentro da economia global e aplicarmos, talvez em sua plenitude, a teoria das vantagens comparativas. Somente a educação com seu subproduto tecnológico pode aumentar a produtividade de nossas empresas e trazer a tão ambicionada riqueza.

WASHINGTON BARBEITO é economista.